

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 591, DE 1999

Modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que “institui o Código Brasileiro de Telecomunicações”, determinando a veiculação de mensagem alusiva à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Autor: Deputado Paulo Lima

Relator: Deputado Lavoisier Maia

I - RELATÓRIO

O projeto acima ementado pretende alterar o Código Brasileiro de Telecomunicações incluindo artigo que obriga as emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens a veicular mensagens alusivas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, em especial a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS.

Estas mensagens devem ser veiculadas ao início e final de filmes, telenovelas ou qualquer programa que contenha cenas de sexo, bem como a cada intervalo comercial e após as chamadas do programa. A duração mínima da mensagem é de dez segundos, acompanhada de locução. A critério da emissora, poderá ser exibida peça publicitária sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis veiculada em conformidade ao que prevê este projeto.

Determina, também, que as emissoras de radiodifusão sonora veiculem, no início e ao final de programa radiofônico que contenha

alusão a sexo, mensagem sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Determina que o Poder Executivo regule as disposições.

Em sua justificação, o ilustre Autor pondera que a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis é barata e eficaz, ao contrário do seu tratamento. Acredita que a informação sobre prevenção da AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis deve ser estimulada, e ter caráter permanente, o que falta nas campanhas pontuais promovidas pelo governo.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Esta iniciativa foi distribuída à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, onde recebeu parecer contrário. Em seguida à apreciação pela nossa Comissão de Seguridade Social e Família, será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

II - VOTO DO RELATOR

É bastante justificada a preocupação do Deputado Paulo Lima com a expansão da epidemia de AIDS. Certamente concordamos que a prevenção para qualquer agravo é infinitamente melhor do que assistir à instalação da doença. A falta de continuidade das campanhas é, certamente, deletéria para a diminuição almejada dos casos. Isto é também verdadeiro para as doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a AIDS.

No entanto, a norma constitucional reza que a saúde é dever do Estado, além de direito de todos. Não acredito que seja possível transferir, compulsoriamente, esta obrigação para as emissoras. A instituição das estratégias para reduzir os agravos é incumbência do Sistema Único de Saúde. E, como lembra a Comissão que nos antecede, existe já a previsão de tempo destinado à veiculação gratuita de mensagens do governo, acordadas quando da concessão para uso dos canais.

O Sistema Único de Saúde é que deve identificar as melhores formas de atingir seus objetivos, lançando mão dos meios mais eficazes para alcançá-los. Isto, porém, deve ser realizado com seus recursos. O que não se pode é penalizar as emissoras, obrigando-as a suprir os deveres do governo. Ainda mais se pensarmos que, além da AIDS, incontáveis outros

agravos merecem o mesmo destaque. Por exemplo, a dengue, o incentivo à frequência ao pré-natal, a violência. São tantos os campos de preocupação de saúde que, possivelmente, ocupariam todo o tempo disponível de transmissão.

Não entendemos como correta a forma vislumbrada de transferir para iniciativas de cunho comercial o desempenho de ações que são típicas do Estado. Apesar de concordarmos com a preocupação que move, na essência o que o ilustre Deputado Paulo Lima propõe, a forma de viabilizar suas intenções não nos parece a mais adequada.

Desta forma, o voto é pela rejeição ao Projeto de Lei nº 591, de 1999.

Sala da Comissão, em 07 de abril de 2004

Deputado Lavoisier Maia
Relator

104424.154